



## MOÇÃO

### «Por uma escola pública de qualidade»

**1º Subscritor: Pedro Branco (CDU)**

A abertura do ano letivo tem sido marcada, nos últimos anos, por problemas de várias naturezas. Contudo, nos últimos quatro, muitos destes problemas apresentam uma génese comum - as opções tomadas por este governo. Ao contrário do afirmado pelo Ministro da Educação, que este verão se congratulava pela celeridade na preparação do ano letivo, constata-se um atraso no calendário de arranque do funcionamento das escolas (atraso este que está a ser dos maiores dos últimos anos), e que se deve, também, aos processos de colocação de professores. Apenas ontem foram colocados milhares de professores, através da terceira "reserva de recrutamento" e muitos faltam por colocar, o que se sente nas escolas.

Segundo dados do SPZS, nesta legislatura assistimos a um desinvestimento de mais de 3 000 ME na educação pública. Simultaneamente, continua o financiamento de turmas em escolas e colégios privados, tendo este ministro aprovado contratos de associação com 1740 turmas, nos próximos 3 anos (o que representa centenas de milhões de euros de despesa pública). O lucro, esse, será privado.

Muitas vezes, razões demográficas são evocadas para justificar o encerramento de escolas. De facto, e segundo dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, no período entre os anos letivos de 2004-5 a 2012-3, ocorreu uma diminuição do número de alunos na região de Évora (- 7,23%). Mas a esta diminuição correspondeu uma diminuição de 18,76% de docentes e uma diminuição de 28,57% de estabelecimentos de ensino, um claro desinvestimento desproporcional.

Há faltas graves de pessoal nas escolas, seja ele docente, não docente e de técnicos. Estas faltas de pessoal traduzem-se em ineficiência das respostas educativas das escolas e podem gerar, inclusivamente, problemas de segurança.



Por outro lado, estas faltas de pessoal, a que o Ministro da Educação, eufemisticamente, apelida de "necessidades residuais do sistema", tentam ser colmatadas em regimes precários de contratação, seja no universo dos docentes, dos assistentes operacionais ou dos técnicos especializados.

O número de alunos por turma tem aumentado. Este aumento traduz-se, inequivocamente, em perdas de qualidade nos processos de ensino e de aprendizagens. Assistimos à imposição da PACC (Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades) a milhares de professores, como requisito necessário para se manterem na profissão que já exercem. Esta imposição é ilógica, pois ou demonstra que o ME duvida da formação inicial de professores (e nesse caso deveria promover mecanismos de avaliação das instituições que formam professores) ou duvida das competências dos docentes (e nesse caso não se compreende como é que tem vindo a recrutar muitos destes profissionais para que as escolas funcionem - e bem - com eles). Temos vindo a assistir a um aumento da componente letiva (trabalho direto com os alunos), a par com o aumento de trabalho burocrático exigido aos professores, o que retira, aos mesmos, disponibilidade para o trabalho realmente essencial nas suas funções docentes. Implementou-se um sistema de avaliação docente que é uma farsa. Este sistema limita, com cotas, o acesso as melhores classificações. Sabendo que as cotas são determinadas pelos resultados de "sucesso" de cada escola, pode acontecer que um professor "excelente", colocado numa escola "má", possa não ter acesso a uma classificação justa. Mais absurdo ainda, este sistema promove a avaliação de professores contratados por professores do quadro que, por lei, estão impedidos de assistir as aulas dos primeiros. Assistimos, nos últimos anos, à constituição de mais de 300 mega agrupamentos, numa tentativa cega de redução de custos, mas dificultando a gestão diária das escolas e dificultando a vida das respetivas comunidades educativas, o seu diálogo e intervenção. Do lado dos profissionais que fazem a escola funcionar mantêm-se cortes salariais e congelamento de carreiras. Do lado das famílias, agravam-se as despesas, como no caso do aumento do preço dos manuais escolares. Por todo o país, diminuíram os apoios aos alunos com necessidades educativas especiais e das equipas multidisciplinares de intervenção com professores especializados, psicólogos ou outros técnicos. Verificam-se diminuições e atrasos no financiamento dos estabelecimentos de ensino artístico especializado, como conservatórios. No ensino superior mantêm-se cortes no financiamento das instituições, regimes de precariedade na contratação e problemas com as bolsas de investigação e as propinas.

Avançam processos de municipalização da educação, assinados entre alguns municípios e o governo, os quais carecem de um debate público mais amplo, no sentido de esclarecer e definir o rumo da educação no nosso país.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Pelas razões expostas e acreditando ser possível melhorar muitas das questões mencionadas, a AME, reunida a 25 de setembro de 2015, afirma o seu empenho em defender uma escola pública e de qualidade no concelho, na medida das possibilidades da sua intervenção.

Évora, 25 de setembro de 2015

[Aprovada por maioria, com 29 votos a favor (15 da CDU, 13 do PS e 1 do BE) e 3 votos contra (do PSD/CDS)]

[www.evora.net/ame](http://www.evora.net/ame)



## MOÇÃO

### «Posição do Município de Évora Sobre a Crise dos Refugiados»

**1ª Subscritora: M.<sup>a</sup> Clara Grácio (CDU)**

1. A chamada "crise dos refugiados" é, antes de mais, um drama humano que envolve centenas de milhares de homens, mulheres e crianças que, desesperados e lutando pela sobrevivência, fogem à guerra, a fome, a extrema pobreza, a morte. A grande maioria destes seres humanos é oriunda de zonas e de países desestabilizados económica e socialmente, sujeitos a intervenções militares, objeto da apropriação e até do saque dos seus recursos naturais.

2. A União Europeia tem obrigação de garantir o respeito pelos direitos humanos destes refugiados e não de os tratar como uma ameaça, de assegurar resposta às questões humanitárias e não de fazer distinções entre refugiados e migrantes, de promover valores humanistas e não de abrir portas ao racismo e à xenofobia. É essencial denunciar e combater os que, não aprendendo com os erros, insistem em defender novas intervenções militares naquelas e noutras zonas do Planeta.

3. As reais soluções para este drama passam por:

- Pôr em prática políticas públicas humanitárias, ativas e sustentadas, de apoio aos refugiados;
- Dizer não à guerra, à ingerência externa, à apropriação dos recursos naturais daquelas zonas, países e povos, respeitando as suas soberanias e a independências;
- Implementar políticas coerentes e eficazes de combate à pobreza, de solidariedade e cooperação com os países de origem e, em geral, com os países menos desenvolvidos.

4. Em Portugal, cabe ao Governo promover e sustentar uma verdadeira política nacional de apoio e solidariedade para com os refugiados, que, nomeadamente, garanta o seu acolhimento, a sua estadia e/ou integração em condições dignas e à altura das tradições humanistas do Povo Português, povo que bem conhece as migrações. Aquela política deve enquadrar, respeitando a autonomia, mas promovendo o trabalho em rede, todas as instituições e organizações que queiram e possam participar no esforço para bem acolher refugiados que escolham o nosso país.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

5. A Câmara Municipal de Évora (CME) reafirma a sua completa e empenhada disponibilidade para integrar o esforço nacional, no âmbito de uma política nacional, sustentada de apoio e solidariedade para com os refugiados, para assegurar o acolhimento, em condições de dignidade, de refugiados. Neste contexto, a CME concertará, através da ANMP, a sua participação com os outros Municípios e a relação com as respetivas autoridades nacionais com responsabilidade na matéria.

6. A Câmara Municipal de Évora, com base nos princípios atrás definidos, colaborará com todas as entidades interessadas em combater aquele drama humano e bater-se-á por encontrar respostas perenes, socialmente integradoras e que tratem como iguais e respeitem a dignidade dos seres humanos obrigados a lutar pela sobrevivência e a procurar, fora dos seus países, melhores condições de vida para si e para as suas famílias.

A Assembleia Municipal de Évora, tendo conhecimento da posição da Câmara Municipal de Évora, relativamente à crise dos refugiados, aprova a mesma deliberação integralmente.

Évora, 25 de setembro de 2015

(Aprovada por unanimidade)



## RECOMENDAÇÃO

### «Ao Governo»

**1º Subscritor: Henrique Troncho (PS)**

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora atravessa graves dificuldades financeiras, que resultam, em parte, do facto de não existir qualquer apoio financeiro, desde 2010, por parte do município.

Por forma a apoiar a operacionalidade do corpo de bombeiros do concelho e de todo o dispositivo de proteção civil, a Assembleia Municipal de Évora, reunida em 25 de setembro de 2015, recomenda ao Governo que inscreva, no OGE para 2016, as verbas necessárias para o funcionamento adequado dos bombeiros.

Évora, 25 de setembro de 2015

(Aprovada por unanimidade)



## MOÇÃO

### «Pela defesa do ensino artístico especializado de música no concelho de Évora»

**1ª Subscritora: Paula Nobre de Deus (PS)**

Em 2003/2004 o Ministério da Educação concedeu ao Conservatório Regional de Évora – Eboræ Música uma autorização de funcionamento, que oficializou os cursos de música e ao longo destes anos tem formado muitas crianças e jovens do nosso concelho. No entanto, as novas regras de financiamento do ensino artístico especializado podem levar a que muitos alunos interrompam a sua formação e que muitas crianças não tenham oportunidade de a iniciar, por as suas famílias não terem meios para pagar o elevado custo das mensalidades.

Os resultados provisórios da candidatura ao financiamento colocam em causa a continuidade dos estudos de muitos alunos, o emprego dos professores e a estabilidade financeira da escola. Se os resultados se confirmarem, estima-se uma redução de 25% no financiamento, em relação ao ano anterior, e uma diminuição de 30% do número de alunos.

No ano letivo 2015/2016, os alunos das 7 turmas de ensino articulado ainda não iniciaram as aulas do curso de música e estima-se que muitos deles acabem por abandonar esta modalidade de ensino, caso não seja financiado, e o mesmo irá acontecer com os alunos do ensino supletivo.

Face à reconhecida qualidade pedagógica do Conservatório Regional de Évora – Eboræ Música, que faz com que tenha uma elevada procura, os membros da Assembleia Municipal de Évora recomendam ao Governo que seja assegurado o financiamento aos alunos matriculados no ano letivo 2015/2016, em respeito para com professores, as famílias e, sobretudo, as crianças, que são as mais prejudicadas.

Évora, 25 de setembro de 2015

(Aprovada por unanimidade)



## MOÇÃO

### «Em Defesa da Cultura»

#### 1ª Subscritora: Lurdes Nobre (CDU)

A Cultura vive um momento dramático sem precedentes na história recente, violando a constituição e mesmo as promessas eleitorais. O atual governo tem vindo a atacar o sector, prosseguindo numa estratégia de estrangulamento das estruturas e dos artistas. Este estrangulamento tem como objectivo a destruição dos projetos, custe o que custar e doa a quem doer. Este ataque é incompreensível e incongruente, já que os números das exportações destes bens só no ano passado aumentaram em 11% e as importações desceram 10%, isto além de ser a cultura responsável por 1,7% do valor bruto nacional, maior do que o sector agrícola. Mas esta política violenta contra a Cultura é ainda mais violenta no Alentejo. A região, que corresponde a 1/3 do território, foi este ano fortemente penalizada nos apoios às estruturas e aos projetos artísticos. Com um orçamento que ainda não chega ao 1%, a Secretaria de Estado da Cultura conseguiu, ainda assim, criar programas de apoio que ultrapassaram os 2 milhões de euros. Destes, pouco mais de 100 mil vieram para o território. A par disto, em Lisboa tenta-se, a todo o custo, fechar a Direção Regional da Cultura do Alentejo, um organismo criado por um governo do PSD e melhorado no tempo de Manuel Maria Carrilho do PS e que tem tido um papel de grande importância no território. Sabemos que esta estratégia tem como objetivo atacar as estruturas do Alentejo, forçando-as a desaparecer. Este ataque é incompreensível, já que esta é uma das regiões mais importantes na área do património edificado e é a única a ter um património imaterial classificado (o fado é nacional). O Alentejo foi também a região onde o turismo, um dos sectores mais importantes nas receitas do país, mais cresceu. E todos sabemos que este crescimento está associado ao património cultural.

Neste novo ano letivo, o governo resolveu dar mais uma machadada na cultura da região, criando entraves ao ensino artístico, o que trás aos dois conservatórios do Alentejo problemas gravíssimos, deixando de fora milhares de estudantes do ensino articulado, sem possibilidades de frequentarem as áreas artísticas, e mandando para o desemprego mais uma mão cheia de professores. Sabemos que este ataque ao território e à cultura não é inócuo. Sabemos que o governo quer que a cultura volte a ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

privilégio de uma elite. Sabemos que não lhe interessa ter um povo culto, menos ainda na nossa região, onde as câmaras municipais, desde 74, se têm esforçado por dar às suas populações oportunidades para todos. Sabemos tudo isto e queremos deixar aqui expresso que não aceitamos de braços cruzados este ataque.

Por fim, e pela minha parte, gostava que hoje esta moção fosse votada por unanimidade, provando esta Assembleia Municipal que, apesar de não estarmos todos do mesmo lado político, estamos todos juntos pela salvaguarda e proteção da região, que, quero acreditar, todos amamos acima das cores partidárias que aqui representamos.

Évora, 25 de setembro de 2015

[Aprovada por maioria, com 29 votos a favor (15 da CDU, 13 do PS e 1 do BE) e 3 votos contra (do PSD/CDS)]